

ARTICULAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA: POSSÍVEIS TROCAS E INTERAÇÕES ENTRE AGENTES DA EDUCAÇÃO

Vinícius Guimarães de Souza¹

¹ Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade – Varginha-MG/Brasil

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo identificar as possibilidades de articulação entre escola e universidade, a partir de ações (projetos, produtos e serviços) desenvolvidas por uma universidade, a fim de discutir como podem contribuir mutuamente com a produção e disseminação do conhecimento. Como objetivos específicos, tem-se: i) descrever as ações que a universidade dispõe; e ii) discutir o benefício mútuo que os projetos, produtos e serviços identificados podem gerar. Para tanto, escolheu-se a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) como caso a ser exemplificado. A partir de uma análise documental, foram identificadas, no horizonte temporal de 2022 até junho de 2023, mais de 25 ações disponíveis no sítio eletrônico oficial da instituição, configuradas como ações de extensão, *softwares* educacionais e serviços, que são voltadas ao ensino básico ou que podem ser aplicadas a este contexto, produzindo uma articulação entre universidade e escola. Ao passo que as ações universitárias podem contribuir para o enfrentamento de alguns desafios escolares, a escola se mostra um lugar em que os alunos do ensino superior podem desenvolver diferentes formas de identificar novos dilemas (sendo eles na área educacional ou não) e propor soluções.

Palavras-chave: Ações universitárias. Educação básica. Gestão escolar. Escola. Universidade.

University-school articulation: possible exchanges between education agents

The present study aimed to identify the possibilities of collaboration between schools and universities, based on actions (projects, products, and services) developed by a university (in this case, UNIFAL-MG), in order to discuss how they can mutually contribute to the production and dissemination of knowledge. The specific objectives were: i) to describe the university's available actions; and ii) to discuss the mutual benefits that the identified projects, products, and services can generate. To achieve this, as previously mentioned, the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG) was chosen as a case to be exemplified. Through documentary analysis, more than 25 actions were identified on the official website of the institution, spanning from 2022 to June 2023. These actions include extension activities, educational software, and services, which are geared towards basic education or can be applied in this context, fostering collaboration between the university and schools. While university actions can contribute to addressing certain school challenges, schools also provide a space for higher education students to identify new dilemmas (whether in the educational field or not) and propose solutions.

Keywords: University actions. Basic education. School management.

Articulación universidad-escuela: posibles intercambios entre agentes educativos

El presente trabajo tuvo como objetivo identificar las posibilidades de articulación entre la escuela y la universidad, a partir de acciones (proyectos, productos y servicios) desarrolladas por una universidad (en este caso, la UNIFAL-MG), con el fin de discutir cómo pueden contribuir mutuamente a la producción y difusión del conocimiento. Los objetivos específicos fueron: i) describir las acciones disponibles en la universidad; y ii) analizar los beneficios mutuos que los proyectos, productos y servicios identificados pueden generar. Para lograr esto, como se mencionó anteriormente, se eligió la Universidad Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) como caso de ejemplo. A través del análisis documental, se identificaron más de 25 acciones en el sitio web oficial de la institución, abarcando desde 2022 hasta junio de 2023. Estas acciones incluyen actividades de extensión, software educativo y servicios, dirigidos a la educación básica o aplicables en este contexto, fomentando la colaboración entre la universidad y las escuelas. Mientras que las acciones universitarias pueden contribuir a abordar ciertos desafíos escolares, la escuela también es un lugar donde los estudiantes de educación superior pueden identificar nuevos dilemas (ya sea en el campo educativo o no) y proponer soluciones.

Palabras clave: Acciones universitarias. Educación básica. Gestión escolar.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14387111>

ISSN: 2359-6252

Editora-chefe: Letícia Lima Milani Rodrigues

Editor-adjunto: Vinicius de Souza Moreira

Artigo submetido em 11 de novembro de 2024 e aceito para publicação em 04 de dezembro de 2024



1 INTRODUÇÃO

As discussões entre o papel das universidades se dão muito em função de sua articulação com universidades-empresas e por uma linha bastante profícua de argumentações a favor desse tipo de articulação. No entanto, numa outra esfera também importante do papel das universidades estão aquelas que se desenvolvem no âmbito da sociedade de forma geral e, mais especificamente, com as escolas da rede pública de ensino. Assim, quando se tem o foco nesse tipo de articulação, abrem-se as possibilidades de reconhecer a importância e o potencial sinérgico da relação entre escola e universidade. Elas podem ocorrer das formas mais diversas dependendo de como estejam estruturadas e organizadas; assim, essa articulação pode não só contribuir para repensar certas práticas na educação básica, como também suscitar novas discussões no ambiente acadêmico, com base nas experiências de professores, pesquisadores e discentes.

Lüdke e da Cruz (2005), Barcelos e Villani (2006) e Castro (2018) demonstram em seus estudos como a inserção de pesquisadores no ambiente escolar, sejam eles professores e/ou estudantes de graduação em licenciatura, pode ser oportuno no sentido de promover reflexões acerca do que vem sendo praticado em sala de aula e verificar a efetividade de tais práticas para com o aprendizado dos alunos. Com isso, torna-se possível a revisão e a promoção de novas práticas de cooperação entre os agentes da educação básica em contrapartida, a escola promove um espaço de aplicação do conhecimento desses alunos em formação, bem como a identificação de novas abordagens a serem discutidas durante a formação docente, a partir do contato com o dia a dia dos profissionais da educação básica e seus alunos.

Os desafios envolvendo a educação básica estão relacionados tanto em termos de práticas pedagógicas quanto em termos de gestão escolar; questões como as formas de acesso à escola, qualidade do aprendizado, abandono escolar e desigualdade de origem permeiam este campo, como abordado por Schwartzman e Brock (2005). Dessa forma, discutir sobre a educação básica também envolve compreender as características estratégicas deste campo, pois o ensino, como colocam Vieira e Bussolotti (2018), é “o principal meio capaz de impulsionar a transformação da atual sociedade em que vivemos, com desigualdades e problemas sociais” (Vieira; Bussolotti, 2018, p.48). Todavia, tendo em vista o presente cenário da educação básica, a gestão escolar também tende a ser um desafio, pois tais questões tendem a reforçar um modelo de formação especializado e segregado (Glat; Pletsh, 2004).

Quanto às Instituições de Ensino Superior (IES), houve um movimento de expansão desse segmento, entre os anos 2000 e 2010, que não só ampliou o número de instituições, tanto públicas quanto privadas, como também fomentou uma série de políticas de acesso e permanência, contribuindo, dessa forma, para um fortalecimento do ensino superior no Brasil. Atualmente, a dimensão das universidades públicas no Brasil, de acordo com o Censo de Educação Superior de 2022 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (Brasil, 2024) é de 115 instituições, sendo 68 federais, 41 estaduais e 6 municipais. Juntas, possuem ao todo mais de oito mil e quatrocentos cursos de graduação (Brasil, 2024).

Embora o sistema de ensino superior brasileiro seja bastante diversificado em termos de organização administrativa, natureza jurídica e até mesmo de distribuição territorial, historicamente as universidades públicas (um dos segmentos presentes no referido sistema) vêm se preocupando em promover benefícios sociais, para além da formação de massa crítica, como colocado por Gimenez e Bonacelli (2013). Assim, este modelo de IES, mesmo passando pelo atual cenário de precarização do trabalho docente e de técnicos administrativos e contingenciamento de recursos (Fernandes et al. 2024; Sindicato Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, 2024), devido às crises de legitimidade e institucional que se desenvolveram desde o final do século XX e que questionam até que ponto esta instituição é democrática e necessária para a sociedade (Groppo, 2011), se destaca pela pesquisa e pelas produções em benefício à sociedade. Embora seja considerada por Schwartzman e Brock (2005) como um lugar estratificado e elitista do ponto de vista de oportunidades, a universidade pública, e, sobretudo o sistema de pós-graduação e pesquisa no Brasil são considerados de qualidade.

De acordo com Glat e Pletsh (2004), em consonância com a realidade da educação básica, a universidade dispõe de recursos humanos, metodologias e interesse em analisar o que tem sido feito para a busca de respostas educativas que sejam mais eficazes, demonstrando que a aproximação entre a universidade e o sistema educacional é importante para a implementação de ações em prol da educação básica. Nesse sentido, Nóvoa (2017) defende que haja tal aproximação, seja na institucionalização da formação de professores, ou na reformulação da própria universidade, tida como um espaço para a formação de novos professores alinhado à escola, enquanto um lugar de aperfeiçoamento da docência, para que se tenha uma colaboração autêntica entre tais agentes, indo além do que se entende como formação inicial, buscando alternativas para a prática docente.

A formação de professores da educação básica capazes de realizar pesquisa, enquanto atividade orgânica da escola, se faz importante justamente para o desenvolvimento educacional, conferindo ao professor a condição de exercer mais sua criatividade e criticidade, e não apenas a reproduzir suas próprias reflexões, como afirmado Lüdke e da Cruz (2005). Para os autores, há riscos quando o professor reflete sobre o mundo com base num esforço autocentrado apenas em suas experiências individuais de vida.

Assim, na intenção de cobrir tal distância que existe entre as discussões teóricas sobre a formação de professores, feitas no âmbito da universidade e seus pesquisadores, e o que se passa na realidade vivida pelos profissionais encarregados pela formação inicial, Lüdke e da Cruz (2005) reforçam ser de suma importância a promoção dessa articulação entre escola e universidade, principalmente para a preparação desses profissionais. Desse modo, considerando os estudos anteriores já mencionados e, expandindo o horizonte de análise para além de cursos específicos da educação e licenciaturas, questiona-se: como universidade e escola poderiam se beneficiar mutuamente a partir da articulação entre a produção acadêmica (científica e tecnológica) e a sua aplicação no ambiente escolar?

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar as possibilidades de articulação entre escola e universidade, a partir de ações (projetos, produtos e serviços) desenvolvidas pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Como objetivos específicos, tem-se: i) descrever as ações que a universidade dispõe; e ii) discutir o benefício mútuo que os projetos, produtos e serviços identificados podem gerar.

Essa aproximação é relevante no sentido de viabilizar propostas de melhorias aos desafios das escolas, junto à comunidade científica e suas respectivas produções, tendo como referência os valores que ambas as instituições possuem em contribuir para o desenvolvimento social, por meio da formação de seus alunos (Vieira; Bussolotti, 2018). Também contribui na produção de novos olhares para o ensino superior, instigando com que os alunos sigam com os estudos e se interessem pela realização de pesquisas e produzir novos conhecimentos e saberes (Zottis et al., 2008). Por fim, ao estabelecer uma comunicação entre escola e universidade, criam-se oportunidades de rever a atuação dessas duas instituições, com base nas possibilidades e limitações identificadas (Barcelos; Villani, 2006).

Desse modo, além da presente introdução, este trabalho está estruturado em mais cinco seções. Na segunda seção buscou-se estabelecer um referencial teórico a respeito da educação básica e seu contexto e sobre os desafios da gestão escolar, enquanto na terceira seção buscou-se discutir sobre as contribuições sociais da universidade. A quarta seção esmiúça como o presente trabalho foi construído, ou seja, apresenta seus aspectos metodológicos. Em seguida, foram apresentados os resultados na quinta seção. Por fim, na sexta e última seção, foram feitas algumas considerações finais com base no que o estudo se propôs e nos resultados encontrados.

2 CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR

A educação, conforme o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo, desse modo, ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e

sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Pode-se afirmar que a educação sofre influência direta da organização federativa do Estado, cuja tensão igualdade/desigualdade de coletividades políticas recai sobre a descentralização e compartilhamento de competências (Araújo, 2010; Machado; de Andrade, 2021), que consiste na inclusão do município como ente federado e responsável, junto aos estados e a união, pela garantia do direito a educação. No entanto, esse compartilhamento não é equânime, fazendo com que a educação adquira características próprias em cada município do país.

De acordo com Glat e Pletsh (2004); Vizzotto (2020) e Mörschbacher e Reis (2021), há uma composição cada vez mais diversificada de alunos nas escolas, o que leva a educação básica a deparar com desafios como a inclusão de alunos com dificuldades e déficits cognitivos, uma vez que os professores não possuem preparo para lidar com tal grupo de alunos, devido à falta de experiência destes profissionais e demais alunos. Além disso, o grande número de alunos juntos em uma mesma sala, que também apontam várias dificuldades no processo de aprendizagem e no modo de se comportar em sala de aula, torna tal processo mais difícil (Glat; Pletsh, 2004). O despreparo também se relaciona às raras mudanças de valores e crenças que os professores em formação possuem em relação ao ensino, inserido num contexto de novas demandas científicas, socioculturais e políticas (Barcelos; Villani, 2006; Mörschbacher; Reis, 2021).

Desse modo, entende-se que a educação básica apresenta adversidades para os gestores das escolas, que, por sua vez, devem lidar com esses problemas, buscando formas alternativas para solucioná-los, demandando uma compreensão mais aprofundada de cada problema e estratégias que respondam individualmente essas situações que também podem ultrapassar os muros das escolas.

A evasão e o abandono escolar são alguns dos problemas, como colocado por Schwartzman e Brock (2005), que atinge os alunos oriundos de famílias mais pobres, fazendo com que poucos cheguem ao ensino superior e priorizem a entrada no mercado de trabalho. Outro problema é a qualidade da formação dos professores, sendo necessário desenvolver continuamente a competência profissional dos mesmos enquanto condição fundamental da qualidade do ensino, embora seja um desafio para a ser assumido (Almeida, 2012). A adaptação às novas tecnologias e ferramentas educacionais também se mostram como um desafio para as escolas (sobretudo as escolas públicas), quanto a universalização do acesso das TICs, configurando em acertos e tropeços, dificultando a integração dessas novas ferramentas (Almeida, 2008; Mörschbacher; Reis, 2021).

A participação social nas escolas também se configura como algo bastante desafiador, como colocado por Almeida (2012), ao destacar a importância de a gestão escolar agir de forma compartilhada com a comunidade escolar, isto é, abrangendo todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Logo, tais sujeitos devem contribuir para a efetivação da gestão escolar democrática e de qualidade. Desse modo, discutir tais problemas se configura numa forma de apresentar mecanismos de melhoria e proporcionar desenvolvimento ao que é considerado como um impulso para a transformação da sociedade (Vieira; Bussolotti, 2018).

Ao considerar tais desafios, deve-se questionar, dentre outros aspectos, o modelo de gestão escolar que se tem atualmente. De acordo com Araújo (2009), há várias formas de Gestão Escolar apresentadas pela literatura. No entanto, a autora destaca dois modelos de gestão. O primeiro deles, encara a gestão escolar de forma técnico-científica. Nesse modelo, o foco está na qualidade, sendo priorizada a hierarquização de cargos e de funções e as rígidas normatizações, na finalidade de racionalizar o trabalho, tornando a escola mais eficiente. De acordo com a autora, a instituição que segue tal modelo de gestão está mais preocupada em responder ao mercado de trabalho, sem apresentar nenhum questionamento quanto ao seu papel e quanto a estrutura da sociedade.

Isso vai ao encontro do que Demo (2018) coloca sobre a redução da educação básica e da escola somente à transmissão de conteúdos por parte dos professores, e o papel dos estudantes seria o de apenas frequentar a aula. Portanto, a sociedade estaria acostumada a esperar apenas isso das escolas: aula. O que, para o autor, é como se a educação básica estivesse fadada ao fracasso, ao passo que o que se tem é um aprendizado mecanizado, ignorando outras formas de aprender.

O segundo modelo, considerado sociocrítico, considera a organização escolar como um espaço em que os indivíduos socializam e onde há participação da comunidade. Ademais, a tomada de decisões é realizada de forma coletiva e democrática, envolvendo práticas de cooperação na definição de objetivos comuns.

Tendo em vista esses dois modelos, percebe-se que em algumas escolas, o modelo técnico-científico tende a ser mais aparente, ignorando os objetivos educacionais, e lidando com os indivíduos apenas como recursos (iguais aos demais) (Araújo, 2009). Quando adotado esse modelo, pode-se relacionar com o que consideram Schwartzman e Brock (2005) apontam sobre o problema da educação básica não estar na dificuldade de acesso à escola, mas na qualidade do aprendizado. Logo, para Vieira e Bussolotti (2018), os problemas educacionais demandam uma ação articulada e conjunta na superação das dificuldades do cotidiano escolar.

Para Demo (2018), faltam atividades de aprendizagem capazes de superar as habituais atividades de ensino, das quais a escola precisa se desvincular com o tempo, pois só resultam na inoperância dela mesma. Logo, é necessário avançar nas discussões sobre o paradigma instrucionista, que é composto pelo conjunto: aula, prova e repasse para se pensar um novo sistema de aprendizagem. Esse novo sistema compromete-se com o direito do estudante de aprender, tendo como principal agente o professor, apesar de questões limitantes como a desvalorização e despreparo. Contudo, o enfoque que se dá a esse agente transformador deve começar ainda na sua formação superior, ou seja, na universidade, espaço em que é possível o contato com a pesquisa e, desse modo, com o aprendizado autônomo.

Ao olhar para o histórico das políticas educacionais no Brasil, Saviani (2008) se depara com algumas limitações, postas pelas elites econômicas e políticas, referentes à ausência de recursos para a educação como uma forma de “não priorizar” tal segmento. Além disso, o autor destaca uma outra característica limitadora da educação, que seria a descontinuidade de políticas, pautada pelas diferentes reformas no âmbito da educação, ao frisar que

[...] o movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do ziguezague ou do pêndulo. A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai-e-vem de dois temas que se alternam seqüencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional (Saviani, 2008, p.11).

Dessa maneira, a educação se via ora centralizada, ora descentralizada nas esferas administrativas do Estado. Tal descontinuidade pode ser notada até mesmo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (Machado; de Andrade, 2021). Todavia, apesar dessas limitações e na intenção de examinar o alcance das medidas educacionais adotadas pelo Estado brasileiro, isto é, as perspectivas para as políticas de educação básica, Saviani (2008) aponta que as ações do Estado devem voltar-se às questões já mencionadas aqui, que são concebidas como desafios para a educação básica (tais como os baixos níveis de aprendizagem e alfabetização, os baixos salários dos professores, dentre outros).

3 UNIVERSIDADE PÚBLICA E SEU PAPEL SOCIAL

Historicamente, a universidade foi e continua sendo uma instituição responsável pela formação de profissionais e pela produção de conhecimento, tanto a partir do ensino, como através da realização de pesquisas e de atividades de extensão. Esses três elementos, que consistem no chamado tripé universitário, sustentam as ações universitárias (Zottis et al., 2008). De acordo com Santos (2004), a universidade tem-se deparado com um novo modelo de conhecimento, chamado pelo autor de conhecimento pluriuniversitário, que

é um conhecimento na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extra-muros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a

um diálogo ou confronto entre os outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. Todas as distinções em que assenta o conhecimento universitário são postas em causa pelo conhecimento pluriuniversitário e, no fundo, é a própria relação entre ciência e sociedade que está em causa (Santos, 2004, p. 17).

Pode-se perceber, a partir destas colocações, que a universidade contemporânea vem se deparando com demandas que a levam a repensar e redefinir o seu papel, buscando um modelo que dê conta das suas missões e das expectativas da sociedade, como apontado por Gimenez e Bonacelli (2013). Nesse sentido, ainda segundo as autoras, “além da formação de massa crítica, a universidade do século XXI tem sido instada a se envolver em atividades empreendedoras e a fomentar benefícios sociais” (Gimenez; Bonacelli, 2013, n. p.).

Apesar disso, como apontado por Chauí (2003) em uma de suas reflexões sobre as perspectivas da e para a universidade, esta passou a ser vista como uma organização, operacional, movida pelas estratégias de eficácia em forma de padrões alheios à formação intelectual. Isso faz do papel da universidade algo redutivo, em que a docência se transforma numa forma de habilitação rápida para os graduados, que precisam se inserir no mercado de trabalho. Logo, o aspecto propriamente formativo, que é essencial da docência, acaba desaparecendo (Chauí, 2003).

Vê-se, a partir destas colocações, que a forma em que o mundo opera implica na forma como as universidades serão compreendidas e operadas, em vistas de atender aqueles que exercem mais poder, por exemplo. Se não há uma preocupação com a formação dos cidadãos, então não tem sentido falar sobre pesquisa, ensino e extensão, uma vez que esta tríade deveria ser a base de uma universidade que promovesse o pensamento reflexivo buscando romper com as visões homogêneas e hegemônicas, por meio da investigação, formação e socialização de conhecimentos.

Assim, para Chauí (2003), a aversão à crítica se torna um grande risco à universidade que, de modo operacional, busca apenas a resolução de problemas conjunturais fragmentados e não a reflexão para se promover uma mudança estrutural, tendo em vista o abandono da formação e da pesquisa para voltar-se a fragmentação competitiva. Somam-se ainda, a este cenário, outros efeitos como a velocidade em que adquire (ou se perde) informação, devido ao aumento do fluxo de informação. Isso implica na mudança temporal em que processos científicos são concebidos socialmente, ou seja, a compreensão espaçotemporal (Harvey, 1992) se torna cada vez mais fragmentada, gerando insegurança e incertezas. Desse modo, recai sobre a universidade (de modo impositivo), os efeitos dessa mudança, como destaca Chauí (2003, p. 11):

diminuição do tempo de graduação e de pós-graduação e do tempo para realização de dissertações de mestrado e de teses de doutorado. A velocidade faz com que, no plano da docência, as disciplinas abandonem, cada vez mais, a necessidade de transmitir aos estudantes suas próprias histórias, o conhecimento de seus clássicos, as questões que lhe deram nascimento e as transformações dessas questões.

Mesmo com a expansão do ensino superior no Brasil, a partir das políticas de expansão nos anos 1970 e também nos anos 2000, a diversificação institucional verificada por Sampaio (2014) é capaz de produzir efeitos sob o ensino superior público brasileiro, sobretudo sob as universidades. Embora o ensino superior tenha expandido através do aumento de vagas e de matrículas (tanto no ensino público, como no privado), o que algumas autoras (Chauí, 2003; Sampaio, 2014; Barbosa, 2022) irão chamar de massificação do ensino superior, estas afirmam que o ingresso nas universidades não garante a democratização desta instituição, tendo em vista as diferentes experiências que estes sujeitos terão dado as diferentes realidades e origens sociais.

Para Sampaio (2014), desde os anos 1970, o setor privado vem liderando a oferta de vagas, cursos, número de instituições e de matrículas, demonstrando um movimento de privatização do ensino a partir do processo global de mercantilização desse segmento. Estes grupos educacionais que são formados a partir desse movimento, se pautam por características já pontuadas anteriormente

por Chauí (2003) quando aborda sobre a distorção em que o tempo vem sendo concebido. Eles crescem rapidamente, defendem uma padronização pedagógica e de conteúdo nos cursos que oferecem para diferentes públicos de diferentes regiões do Brasil, entre outros pontos que fazem do ensino algo mais voltado para produção de resultados financeiros positivos para estes grandes grupos educacionais.

O Estado, responsável pelas universidades públicas, se incumbem de garantir benefícios aos grupos privados de educação superior, destinando maior parte dos recursos orçamentários as instituições de ensino superior privadas, dada as políticas voltadas a este segmento, como Prouni e Fies (Sampaio, 2014). Do lado oposto, ficam as universidades e demais IES públicas, com menores repasses orçamentários. Diante disso, verifica-se que mesmo tendo um papel importante para a sociedade, a universidade pública ainda tende a sofrer com limitações internas e, sobretudo externas, que dificultam o cumprimento pleno de seu papel social.

Muito mais do que a formação apenas para a constituição de mão de obra qualificada, a universidade deve reunir pesquisa e ensino sistematicamente, devolvendo-os em forma de benefícios para a sociedade (Zottis et al., 2008), podendo, portanto, fortalecer seu potencial contributivo para as demais instituições sociais, como é o caso da escola e da educação básica.

De acordo com Glat e Pletsh (2004), a universidade dispõe de recursos humanos, metodologias e interesse em analisar o que tem sido feito para a busca de respostas educativas que sejam mais eficazes, demonstrando que a aproximação entre a universidade e o sistema educacional é importante para a implementação de ações em prol da educação básica.

Dessarte, como apontado por Barcelos e Villani (2006), a escola e a universidade podem estabelecer uma via de mão dupla ao produzirem benefícios mútuos, uma vez que os professores da escola poderiam contribuir com a integração dos recém-licenciados ao ambiente escolar, por exemplo, enquanto a universidade e seus professores contribuiriam para novos conhecimentos no campo educacional. Além disso, com base no que fora exposto, tal articulação também pode fazer da escola um ambiente de oportunidades para os alunos do ensino superior construírem e aplicarem novos conhecimentos de acordo com suas respectivas áreas de formação, tendo em vista as desigualdades que podem ser verificadas no interior das universidades.

Por fim, tendo em vista as demandas da escola e no sentido de enfrentar a complexidade crescente que envolve a gestão escolar,

é necessário criar, no país, condições adequadas para o desenvolvimento da pesquisa em educação, e fazer com que os resultados destas pesquisas sejam amplamente difundidos e conhecidos, e incorporados às políticas governamentais. Como em toda área de pesquisa de qualidade, é essencial não começar de zero, mas tomar em conta o imenso patrimônio de estudos e pesquisas que tem sido desenvolvido nas últimas décadas. O Brasil já tem, hoje, instituições e pesquisadores dedicados à educação em seus diversos aspectos, mas ainda é muito pouco em relação ao necessário, e existe uma grande ignorância, e quase nenhuma incorporação dos conhecimentos que são continuamente gerados além de nossas fronteiras (Schwartzman; Brock, 2005, p. 38).

Entende-se, portanto, a partir dos princípios norteadores da universidade e seu papel social, que a articulação entre as escolas e a universidade é uma ação com potencial de construir novas formas de intervenção nos problemas educacionais e sociais, sendo, portanto, do interesse de ambos os agentes.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa consiste na coleta e na análise de dados para entender melhor a dinâmica de determinado fenômeno, podendo ser conduzida por diferentes caminhos. Por descrever características sobre determinado fenômeno – neste caso, a produção universitária e as possíveis relações com a educação básica – podendo estabelecer correlações entre as variáveis existentes, o presente estudo pode, também, ser caracterizado como descritivo (Gil, 2023).

O local de estudo foi a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), localizada na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais. A UNIFAL-MG é uma universidade centenária, federalizada em 1960 e vinculada ao Ministério da Educação (MEC) desde 2004, sendo uma pessoa jurídica de direito público com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, de gestão financeira e patrimonial (UNIFAL-MG, 2023). O quadro atual da Instituição, até o momento de realização desta pesquisa, era formado por quatro unidades, com localização da Sede e da Unidade Educacional Santa Clara no município de Alfenas; e os campi fora de sede, situados nas cidades de Poços de Caldas e de Varginha (UNIFAL-MG, 2022).

Escolheu-se o caso UNIFAL-MG para ser estudado, pois, além da proximidade do pesquisador com a Instituição, trata-se de uma IFES cuja missão é

promover a formação plena do ser humano, gerando, sistematizando e difundindo o conhecimento, comprometendo-se com a excelência no ensino, pesquisa e extensão, com base nos princípios da reflexão crítica, da ética, da liberdade de expressão, da solidariedade, da justiça, da inclusão social, da democracia, da inovação e da sustentabilidade (UNIFAL-MG, 2023, p. 8).

Para cumprir os objetivos da pesquisa a coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa documental que, segundo Gil (2023), é realizada a partir de documentos e demais materiais internos da organização, sendo comum atualmente a utilização de documentos eletrônicos, disponíveis de diversos formatos. Para Godoy (1995), a pesquisa documental pode trazer contribuições importantes para a discussão de determinado tema, pois os documentos são considerados notórias fontes de dados. Portanto, o uso de documentos diversos visa promover ao pesquisador dados complementares que ajudam a compreender melhor o problema investigado.

Desse modo, a pesquisa propôs levantar dados considerados secundários, isto é, os documentos disponibilizados pela Instituição no sítio eletrônico oficial¹, considerando um horizonte temporal desde o ano 2022 até junho de 2023. Este recorte temporal se justifica pois abrange o período recente em que as ações universitárias foram e/ou estão sendo realizadas, até o momento mais atual em que se foi possível coletar dados para a IFES estudada.

As buscas foram guiadas por palavras-chaves como “pesquisa”, “projetos”, “ensino”, “ações”, “produções científicas”, “extensão”, “educação” dentre outros termos relacionados à universidade, conforme observado no corpo teórico utilizada como base nesta investigação. Com isso, foram selecionadas ações presentes nas páginas da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UNIFAL-MG, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), no Banco de teses e dissertações da UNIFAL-MG, no Relato Integrado UNIFAL-MG, as ações na página do Laboratório de Mídias Educacionais, a Carta de Serviços ao Usuário da UNIFAL-MG e a página de Serviços da UNIFAL-MG. Após essa seleção, buscou-se identificar as ações que possuem potencial de ser aplicadas/adaptadas à educação básica, com base em seus objetivos. Foram observados os termos como: escola, educação básica, jovens e aprendizado. Dessa maneira, as ações selecionadas foram organizadas em três categorias: i) Ações de Extensão; ii) Softwares educacionais; e iii) Serviços (Espaço, Biblioteca, Serviços de Educação), que serão abordadas na seção seguinte.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Ações de Extensão

De acordo com o Relato Integrado de 2022 da UNIFAL-MG, no referente ano, ocorreram cerca de 652 ações, que se configuram como cursos (98 do total, ou seja, 15%), eventos (267 do total, o que corresponde a 40,95%), prestação de serviços (9 do total, ou seja, 1,38%), programas (32 do total, isto é, 4,91%) e projetos (246 do total, representando 37,73%). Assim, somando o público de Varginha, Alfenas e Poços de Caldas, houve mais de 10.800 participantes das ações. Tais ações, registradas no ano de 2022, concentram-se nas seguintes áreas temáticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento

¹ Sítio eletrônico da UNIFAL-MG disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/>

Científico e Tecnológico – CNPq: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho. Logo, foi possível identificar algumas ações de extensão que estabelecem ou podem estabelecer um diálogo com a educação básica, que serão pormenorizadas a seguir.

Quanto a prática e o desenvolvimento profissional docente e o processo de ensino-aprendizagem, tem-se, como exemplo, o curso “Relação pedagógica professor-aluno: ensinar e aprender em uma abordagem ativa”, que busca construir um espaço de atualização permanente para a docência, a partir de uma abordagem reflexiva que leve os professores a analisarem suas próprias práticas. Foi identificado o projeto “O repensar da escola rural: formação em educação do campo na E. M. Orlando Paulino da Costa”, que busca promover formação continuada com os docentes e gestores da escola, além de promover aproximação entre comunidade, pais e responsáveis e as instituições de ensino (básico e superior). Também pode-se mencionar o projeto “Observatório de educação inclusiva, direitos humanos e processos de desenvolvimento profissional docente”, que objetiva articular extensão, ensino e pesquisa nesses três eixos destacados no título do projeto.

No que tange a inclusão, o projeto “Laboratório de Estudos e Pesquisas em Aprendizagem e Inclusão – LEPAI” atua nos estudos sobre inclusão, considerando as singularidades dos aprendizes, promovendo a formação de profissionais da educação. Procura também estimular o compartilhamento de ideias, vivências e ações sobre a inclusão e acessibilidade. Questões como direitos humanos, cultura, gênero, discussões étnico-racial e diversidade, encontram-se uma série de ações de extensão. O curso “Gênero e educação étnico-racial: história, perspectivas e ações” e o programa “Dandara: desenvolvendo ações negras, decoloniais e antirracistas” buscam estabelecer atividades junto as escolas sobre negritude e o pensamento decolonial, debater historicamente os direitos humanos, e os conceitos de gênero, sexualidade, diversidade, procurando desconstruir preconceitos. O programa “Direitos humanos e diversidade” atua nesse mesmo âmbito, abordando conceitos de gênero, sexualidade, diversidade com profissionais da saúde e da educação. As ações relacionadas à cultura procuram o desenvolvimento dos alunos a partir de práticas pedagógicas e interpessoais estão presentes no projeto “Xadrez nas escolas públicas” e no curso “Jogos, brinquedos e brincadeiras”. O evento “Feira de arte, cultura e saúde”, e o programa “Museus e patrimônios: experiências da UNIFAL-MG” também podem ser mencionados.

Também há ações sobre meio ambiente, agricultura e sustentabilidade, os programas “Agricultura urbana e meio ambiente” e “Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade” que buscam atuar em questões conscientizadoras da ação sustentável (ambiental, social e econômica), e na promoção da comunicação e conhecimento sobre sustentabilidade ambiental nas escolas e na comunidade, através da coleta seletiva, reuso de resíduos, promovendo também ações educativas, como a catalogação de espécies de plantas. As ações de educação continuada como os programa de “Cursos preparatórios para o Enem da UNIFAL-MG” e o “UNIFAL-MG pra você 2023” buscam instigar a continuação dos estudos a partir do ingresso no ensino superior, demonstrando as possibilidades de cursos presentes na UNIFAL-MG, além de auxiliá-los na realização do exame que é considerado a porta de entrada desses alunos às universidades públicas. O projeto “Os passos do ensino médio até o ensino superior”, a partir de oficinas temáticas, busca estabelecer o ensino superior como alternativa real, conscientizando os estudantes do terceiro ano do ensino médio sobre questões como a reserva de vagas, cursos noturnos, assistência estudantil, dentro outros assuntos relacionados ao ingresso no ensino superior.

Por fim, cabe mencionar as ações voltadas a utilização de mídias de comunicação e recursos audiovisuais, através do projeto “Usos pedagógicos do cinema e audiovisual na rede pública de ensino”, “Scratch nas escolas 2023” e “Novas mídias para a produção e comunicação do conhecimento histórico”. Essas ações buscam desenvolver atividades para qualificar a utilização da linguagem audiovisual como recurso didático junto a professores da rede pública, instigar a utilização da programação e games didáticos como ferramenta lógica de ensino e criar técnicas de uso das mídias, estabelecendo um modo de comunicação com a sociedade sobre o conhecimento histórico. Outras ações relacionadas à alimentação escolar e saúde também foram identificadas.

De maneira resumida, nota-se que a universidade, por meio de suas ações de extensão, tem se aproximado do contexto escolar, abordando temas socialmente relevantes e que também possuem problemáticas que afetam a educação básica. Os desafios quanto à qualificação dos professores, inclusão e acessibilidade, desigualdades sociais e a utilização de novas ferramentas educacionais, são focados em algumas ações, para além dos demais desafios sociais. No Quadro 1 é possível visualizar as ações agrupadas conforme a temática. Desse modo, entende-se que a universidade tem buscado difundir o conhecimento científico, gerado por seus docentes e discentes, nas escolas localizadas nas cidades em que ela está presente.

Quadro 1 - Ações de extensão que dialogam com a educação básica		
Temáticas relacionadas à educação básica	Ações (projetos, cursos etc.)	Ano
Desenvolvimento profissional docente e o processo de ensino-aprendizagem	Relação pedagógica professor-aluno: ensinar e aprender em uma abordagem ativa	2023
	O repensar da escola rural: formação em educação do campo na E. M. Orlando Paulino da Costa	2022-2023
	Observatório de educação inclusiva, direitos humanos e processos de desenvolvimento profissional docente (1ª edição)	2022-2023
Inclusão	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Aprendizagem e Inclusão - LEPAI	2022
Direitos humanos, cultura, gênero, discussões étnico-racial e diversidade	Gênero e educação étnico-racial: história, perspectivas e ações	2023
	Dandara: desenvolvendo ações negras, decoloniais e antirracistas	2022-2023
	Direitos humanos e diversidade	2022-2023
Cultura	Xadrez nas escolas públicas	2023
	Jogos, brinquedos e brincadeiras	2023
	Feira de arte, cultura e saúde	2023
	Museus e patrimônios: experiências da UNIFAL-MG	2023
Meio ambiente, agricultura e sustentabilidade	Agricultura urbana e meio ambiente	2023
	Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade	2023
Educação continuada	Cursos preparatórios para o Enem da UNIFAL-MG	2022-2023
	UNIFAL-MG pra você 2023	2023
	Os passos do ensino médio até o ensino superior	2023
Mídias de comunicação e recursos audiovisuais	Usos pedagógicos do cinema e audiovisual na rede pública de ensino	2022-2023
	Scratch nas escolas 2023	2023
	Novas mídias para a produção e comunicação do conhecimento histórico	2022

Fonte: elaborado pelo autor com base nas ações de extensão da UNIFAL-MG.

5.2 Softwares educacionais

O Laboratório de Mídias Educacionais (LME) da UNIFAL-MG é um laboratório de desenvolvimento e avaliação de tecnologias digitais educacionais, que envolve uma equipe multidisciplinar composta por professores das áreas de ciência da computação, biologia, geografia,

dentre outras. O LME é responsável por alguns projetos² voltados a realização de mapeamentos, como é o caso do AedesMap, que mapeia doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, e que podem ser realizados de maneira coletiva e em tempo real, sendo possível observar a disseminação da doença. Os mapas também podem ser realizados para a identificação de crimes, como demonstrado no projeto Criminal Maps, e para o auxílio do processo educativo sobre informações locais de modo fácil e prático, objetivado no DigiAtlas (Atlas Ambiental Digital Colaborativo).

Além desses projetos, há outros voltados a plataforma Moodle, que contribuem para a criação e visualização gráfica de índices de colaboração e participação, como é o caso do indeXMoodle: Bloco para o Moodle. O inMapMoodle é outra ferramenta que consiste em um bloco do Moodle desenvolvido para auxiliar na mediação dos processos de ensino-aprendizagem em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Já na parte educacional, há projetos como “As aventuras de Kreber”, jogo criado como uma alternativa de estudo sobre o ciclo de Krebs e cadeia de transporte de elétrons, para facilitar o aprendizado sobre vias metabólicas, enzimas e funções do corpo humano. Há também o projeto “Pensando em códigos” que incorpora elementos sobre inclusão digital e do desenvolvimento de raciocínio lógico a partir da aprendizagem, de maneira lúdica, de linguagens de programação e dos princípios fundamentais das Ciências da Computação.

Nota-se, a partir desses projetos, a disponibilização de *softwares* educacionais que podem ser utilizados na gestão pública, na gestão escolar e no processo de ensino-aprendizagem (Quadro 2). Esses projetos, por serem gratuitos, podem ser adaptados à gestão escolar, no intuito de realizar outros tipos de mapeamentos, como as regiões mais carentes conforme o número de alunos da rede pública para conhecer melhor a realidade dos alunos e ver, como a escola, como o poder público municipal ou estadual podem trabalhar, dentro e fora da escola para um melhor acompanhamento/rendimento desse aluno.

Quadro 2 – Softwares educacionais e suas utilizações	
Tipos de softwares	Onde/como pode ser utilizado?
AedesMap	Gestão pública
Criminal Maps	
indeXMoodle: Bloco para o Moodle	Gestão escolar
inMapMoodle	Ensino-aprendizagem
As aventuras de Kreber	
DigiAtlas	
Pensando em códigos	

Fonte: elaborado pelo autor com base nos projetos disponibilizados na página do Laboratório de Mídias Educacionais (LME) da UNIFAL-MG.

5.3 Serviços (Espaço, Biblioteca, Serviços de Educação)

A UNIFAL-MG dispõe alguns serviços voltados a comunidade externa, envolvendo a concessão de espaços da universidade, serviços da biblioteca e demais serviços relacionados à educação, como os próprios cursos de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, a universidade conta com sete auditórios, nos quatro Campi, com o objetivo de atender a comunidade interna e externa,

² Todos os projetos mencionados na subseção 5.2 podem ser encontrados em: <https://www.unifal-mg.edu.br/lme/>

oferecendo espaço para conferências, palestras, simpósios, congressos e projeções de filmes. Já na biblioteca, a comunidade externa é capaz de consultar o acervo de teses e dissertações no portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da UNIFAL-MG. Dessa forma, é possível consultar algumas pesquisas na área da educação e licenciatura, bem como na área de gestão pública, que podem contribuir para o aprimoramento nas discussões e descobertas sobre o ensino nas escolas.

Quanto aos serviços de educação, é possível cursar disciplinas avulsas de programas de pós-graduação como aluno especial, bem como cursar disciplinas isoladas de cursos de graduação. Logo, conforme os cursos de graduação disponibilizados pela instituição relacionados à educação (História, Letras, Geografia, Pedagogia, Física, Matemática e Química) e à gestão (Administração Pública e Ciências Contábeis), e os cursos de pós-graduação (Ciências Biológicas, Educação, Geografia, História, Ensino de Física, Física, Matemática e Química), pode-se articular as produções à educação básica, no intuito de criar novas propostas de aprendizagem, bem como de superar os problemas da educação básica, como já fora colocado.

5.4 Possibilidades de articulação identificadas

Ao levantar tais ações da universidade (ações de extensão, softwares educacionais e serviços) que possuem potencial de contribuir com a educação básica, é possível identificar ações que buscam trabalhar a questão da qualidade da formação dos professores, considerada com um dos problemas que envolvem a educação básica, como colocado por Schwartzman e Brock (2005). Ao focar na continuidade da formação, como é o caso do projeto “O repensar da escola rural: formação em educação do campo na E. M. Orlando Paulino da Costa”, percebe-se que a universidade tem procurado estabelecer ações conjuntas à escola, no intuito de superar as dificuldades do cotidiano escolar.

Isso também é demonstrado nas ações de inclusão, como é o caso do projeto “Laboratório de Estudos e Pesquisas em Aprendizagem e Inclusão – LEPAI”, ao focar no desenvolvimento de estudos sobre inclusão e diferença, objetiva colaborar na formação de profissionais da educação, e o curso “Gênero e educação étnico-racial: história, perspectivas e ações”. Assim, nota-se o interesse da universidade em analisar a desigualdade e problemas sociais (Vieira; Bussolotti, 2018) no âmbito da escola.

Embora o cenário escolar seja marcado por casos referentes ao abandono escolar, distorção de idade-série, e reprovação (CENPEC, 2023), que configuram desafios a serem enfrentados pela gestão, a universidade com suas ações de incentivo à educação continuada, como é o caso do programa de cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, que atuam justamente no problema apontado por Schwartzman e Brock (2005), que envolve a dificuldade de alunos oriundos de famílias mais pobres chegarem ao ensino superior.

A violência nas escolas, a desigualdade entre os alunos, as limitações quando ao acesso de recursos tecnológicos, dentre outros, também podem ser trabalhados pela universidade, em articulação com a educação básica, a partir dos projetos que utilizam softwares, sendo possível adaptar tais recursos para as demandas das escolas. Estes meios vão ao encontro do que Glat e Pletsh (2004) afirmam, pois se mostram importantes para a implementação de ações em prol da educação básica. Dessarte, a universidade também se coloca à disposição da sociedade ao contribuir de outras formas, como a concessão de espaços, socialização de pesquisas e abertura de disciplinas para pessoas interessadas.

Em contrapartida, tem-se que a escola pode ser um ambiente de aprendizado também para aqueles alunos do ensino superior, tendo em vista as oportunidades de desenvolvimento de graduandos e licenciandos em suas respectivas áreas. Com o crescimento de cursos na modalidade de Educação à Distância (EaD), a formação de professores que lidam com crianças e adolescentes depende do contato pessoal, o que as relações viabilizadas pelo EaD não são capazes de proporcionar, principalmente a simulação do ambiente de uma sala de aula (Palhares, 2022). Desse modo, ao enfatizar a formação de professores ainda na universidade e propor práticas como a de pesquisa no

ambiente escolar, tais sujeitos, no futuro, podem ter mais capacidade de contribuir para um novo sistema de aprendizagem, proposto por Demo (2018).

Para as áreas que não a educação, o contato de formandos com a escola também pode ser uma forma de aprendizado, em que há possibilidades de identificar novos dilemas e propor soluções, de acordo com aquela realidade. Dessa maneira, muito além de um protagonismo apenas da universidade para com a escola, há uma relação de benefício mútuo (Barcelos; Villani, 2006).

Apesar da identificação de uma quantidade considerável de ações universitárias que procuram dialogar ou que possam ser articuladas com o contexto das escolas, divergindo do que Barcelos e Villani (2006) apontam, notou-se que a identificação dessas ações, principalmente no sítio eletrônico oficial da instituição estudada, pode ser um fator limitante para os professores e gestores da educação básica, devido a difusão de informação. A falta de articulação entre as próprias ações universitárias é outro ponto a se mencionar. Caso houvesse uma maior articulação entre as ações, proporcionada a partir da institucionalização de uma coordenação que organizasse essas ações no sentido de disseminar os projetos, ações e serviços de forma articulada, os benefícios para a relação universidade-escola poderiam ser potencializados.

Por fim, por meio de tais resultados, apresenta-se um exemplo de como escola e universidade podem se articular a partir das ações promovidas dentro da universidade, por meio de projetos. Neste caso, utilizou-se algumas ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), mas que podem ser adaptadas por outras Instituições de Ensino Superior (IES)³.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar as possibilidades de articulação entre escola e universidade, a partir de ações (projetos, produtos e serviços) desenvolvidas por uma universidade (neste caso, a UNIFAL-MG), a fim de demonstrar como elas podem contribuir uma com a outra mutuamente. Especificamente, objetivou-se: i) descrever as ações que a universidade dispõe; e ii) discutir o benefício mútuo que os projetos, produtos e serviços identificados podem gerar. Para tanto, como já mencionado, escolheu-se a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) como caso a ser exemplificado.

Destacam-se as ações de extensão na articulação da universidade com a educação básica, como projetos, cursos, programas e eventos com temáticas de inclusão, educação continuada, formação profissional continuada, direitos humanos, relações étnico-raciais e de gênero, cultura e recursos educacionais. Isto posto, pode-se afirmar que a universidade estabelece um diálogo com a escola ao trabalhar questões muitas vezes encaradas como um desafio, tendo em vista a realidade das escolas. Além das ações de extensão, as ações de mídias educacionais abertas, que utilizam de softwares, e os serviços que a universidade dispõe, apresentam potencial de contribuição para a gestão das escolas, tanto em aspectos como desigualdades sociais, como na produção de conhecimento e realização de pesquisas que viabilizam a discussão e implementação de novas práticas pedagógicas.

Além disso, verifica-se que a escola pode ser um ambiente de aprendizado dos alunos do ensino superior, uma vez que há oportunidades de desenvolvimento de graduandos e licenciandos em suas respectivas áreas, a partir do contato que os formandos com a escola, possibilitando a identificação novos dilemas e a proposta de soluções. No entanto, o que falta, pelo menos conforme o que fora observado na universidade aqui estudada, são ações de articulação dos próprios projetos, por meio da institucionalização, viabilizando e disseminando essas ações de forma articulada e estratégica.

Em linhas gerais, este estudo além de contribuir com as demais investigações que buscam identificar as possíveis articulações entre escola e universidade, demonstra que a escola e a educação básica ainda tendem a se deparar com diferentes desafios, de acordo com os dados apresentados e a

³ Acesse: <https://www.unifal-mg.edu.br/cead/unifal-interativa/>.

literatura apresentada. Além disso, destaca-se a importância da universidade pública para a sociedade, principalmente na viabilização de propostas que impactam nos problemas da sociedade, mesmo num cenário de desinvestimento e em que sua relevância é colocada em questionamento.

A presente pesquisa, embora tenha identificado os benefícios de uma articulação entre a universidade e o seu conhecimento científico para a gestão da educação básica, através das ações voltadas para as escolas e com potencial de adaptação à suas respectivas realidades, apresenta limitações no sentido de não ir a campo para identificar, entre outros aspectos, a percepção dos atores envolvidos nos processos de trocas de conhecimento e atuação, tanto da universidade quanto das escolas. Também não houve a intenção de esgotar todas as ações realizadas pela UNIFAL-MG, uma vez que a universidade dispõe de mais atividades que não necessariamente voltam-se ao contexto escolar. Nesta perspectiva, como tema para futuras pesquisas, questiona-se: quais são as reais contribuições dessas ações para a realidade da escola? Como os gestores e professores da educação básica tendem a enxergar as ações da universidade? Quais outras ações oriundas da universidade podem contribuir para a gestão escolar e o processo de aprendizagem dos níveis iniciais?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristina Maria Matté. **Desafios da Gestão Escolar**. Monografia de especialização. UFSM. Sapucaia do Sul, RS. 2012.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Tecnologias na Educação: dos caminhos trilhados aos atuais desafios. **BOLEMA-Boletim de Educação Matemática**, v. 21, n. 29, p. 99-129, 2008.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso. Direito à educação básica: a cooperação entre os entes federados. **Retratos da escola**, v. 4, n. 7, 2010.
- ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão Escolar**. Curitiba, PR: IESDE, 2009. Disponível em: https://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcurso/s/livro/LIVRO_gestao_escolar.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.
- BARBOSA, Maria Ligia. Diferenciação Institucional no Ensino Superior Brasileiro e Dimensões da Desigualdade. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 37, n. 2, 2022.
- BARCELOS, Nora Ney Santos; VILLANI, Alberto. Troca entre universidade e escola na formação docente: uma experiência de formação inicial e continuada. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 01, p. 73-97, 2006.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022** [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2022>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- CASTRO, Cláudia Silva de. **Movimentos e processos de desenvolvimento profissional contínuo na relação escola-universidade-escola**: análise de uma prática realizada no oeste do Pará. 2018.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **Painel de desigualdades educacionais no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://desigualdadeseducacionais.cenpec.org.br/permanencia-escolar.php>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, p. 5-15, 2003.
- DEMO, Pedro. **Atividades de aprendizagem**: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante [recurso eletrônico] / Pedro Demo. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2018. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/eBook-Atividades-de-Aprendizagem-Pedro-Demo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- FERNANDES, Antonio Sergio et al. Dismantling and Reconstruction of Public Policies in Brazil: From Bolsonaro's Destruction to the Possibilities of Union to Rebuild. **Administração Pública e Gestão Social**, 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. [2ª Reimp.] – Barueri [SP]: Atlas, 2023.
- GIMENEZ, Ana Maria Nunes; BONACELLI, Maria Beatriz Machado. Repensando o papel da universidade no século XXI: demandas e desafios. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n. 18, 2013.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Benjamin Constant**, n. 29, 2004.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 65-71, 1995.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.
- GROPPO, Luís Antonio. Da universidade autônoma ao ensino superior operacional: considerações sobre a crise da universidade e

a crise do Estado nacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 01, p. 37-55, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves] São Paulo: Loyola, 1992.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, p. 81-109, 2005.

MACHADO, Cristiane; DE ANDRADE, Edson Francisco. Democratização do direito à educação básica no Brasil: algumas ponderações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 33-58, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/15256>. Acesso em: 5 set. 2024.

MÖRSCHBÄCHER, M.; REIS, D. Processos de Inclusão e Educação do Campo: Desafios da Educação Básica no Contexto das Novas Tecnologias. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, 10(3). 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/42216>. Acesso em: 18 abr. 2023.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

PALHARES, I. A cada dez professores formados no país, seis fizeram graduação a distância. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de julho de 2022.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 43-55, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2004.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 07-16, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, v. 1320, 2005.

SINDICATO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. GREVE DOCENTE FEDERAL. **InformANDES**. Informativo N° 151. ANDES-SN, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/informe_andes_pdf. Acesso: 22 de jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG. **Relato integrado 2022 / Universidade Federal de Alfenas**. – Alfenas: UNIFAL-MG, 2023. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2023/05/Relato-Integrado-2022-Unifal-MG.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2003.

VIEIRA, Ana Elisa Ribeiro; BUSSOLOTI, Juliana Marcondes. Gestão escolar. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 1, p. 45-70, 2018.

VIZZOTTO, P. A. Inclusão na Educação Básica Brasileira: Análise do Censo Escolar por meio dos microdados do Inep. **Ensaios Pedagógicos**, 4(1), p.102-112. 2020. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/209>. Acesso em: 3 set. 2024.

ZOTTIS, Graziela Aline Hartmann et al. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 33-41, 2008.

Sobre o autor

Vinícius Guimarães de Souza  

viniciusguimaraessouza@gmail.com

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) campus Varginha e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (2023-2025). Bacharel em Administração Pública (2021-2023) e Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia (2018-2021), ambos pela UNIFAL-MG.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).